

**MUNICÍPIO DE
LACERDÓPOLIS**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 14 DE 13 NOVEMBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE LACERDÓPOLIS - SC
PROTOCOLO Nº 2058/25
DATA 13 / 11 / 2025
Luiza Lagorini

Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões do Município de Lacerdópolis/SC, além de outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões do Município de Lacerdópolis/SC, buscando promover o desenvolvimento e fomentar a atração de investimento privado, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, com a delegação de serviços públicos mediante licitação prévia para a contratação de Parcerias Público-Privadas e Concessões, onde o objetivo é de regulamentar:

- 1 I – A Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995;
- 2 II – A Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004;
- 3 III – A Lei Federal n. 11.445 de 5 janeiro de 2007;
- 4 IV – A Lei Federal n. 13.019 de 31 de julho de 2014; e,
- 5 V – A Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021.

APROVADO NA SESSÃO
DE 33 / 44 / 2025
Nelson Montenegro
Presidente

Art. 2º - Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I - Parceria Público-Privada (PPP): o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa ou diálogo competitivo, celebrado entre a Administração Pública e a Iniciativa Privada, podendo ser:

- a) **Concessão Patrocinada:** a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- b) **Concessão Administrativa:** o contrato de prestação de serviços de que trata a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- II - **Concessão de serviço público:** a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;
- III - **Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública:** a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

Art. 3º - É vedada a celebração de contratos de Parcerias Público-Privadas e Concessões:

I - Cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

II - Cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou,

III - Que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Art. 4º - As Parcerias Público-Privadas e Concessões sujeitar-se-ão:

I - A fiscalização pelo Poder Concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários; e,

II - A publicação, previamente ao edital de licitação, do ato administrativo justificando a conveniência e oportunidade da contratação, caracterizando, ainda, o objeto, o prazo e o valor estimado.

CAPÍTULO II AUTORIZAÇÃO PARA ESTUDOS E PROJETOS

Art. 5º - Compete ao Poder Executivo Municipal realizar estudos e projetos de Parceria Público-Privada e Concessões de Serviços Públicos, e ainda, conforme interesse público, conveniência e oportunidade:

I - Celebrar Acordo de Cooperação, sem transferência de recursos, com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público com qualificação técnica e expertise comprovada para realizar investigações, levantamentos, estudos de viabilidade, modelagem licitatória e contratual de projetos de Parceria Público-Privada e Concessões, nos termos do art. 2º, inciso VIII, alínea "a", da Lei Federal n. 13.019 de 31 de julho de 2014 e art. 21 da Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995;

II - Publicar Extratos de Acordos de Cooperação e seus Aditivos no Diário Oficial do Município, em atendimento ao art. 5º, inciso XXXIII e art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

III - Publicar Decreto que institui e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP);

IV - Publicar decreto que nomeia os membros minimamente técnicos para composição do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas e Concessões (CGPPP).



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Art. 6º - Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados às Parcerias Público-Privadas e à Concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital, conforme disposto pelo art. 21 da Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.

CAPÍTULO III **PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)**

Art. 7º - Fica autorizada a concessão de serviços públicos, precedida ou não da execução de obra pública, mediante a contratação de Parceria Público-Privada:

I - A eficientização, operação e manutenção da Rede de Iluminação Pública;

II - A implantação, operação e manutenção da Rede de Telecomunicações;

III - A implantação, operação e manutenção de sistema de Geração de Energia Renovável para atender as demandas energéticas próprias do Município;

IV - A limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana;

V - A exploração de outros serviços complementares ou acessórios, de modo a dar maior sustentabilidade financeira ao projeto, redução do impacto tarifário ou menor contraprestação governamental.

Art. 8º - As Parcerias Público Privadas serão desenvolvidas por meio de adequado planejamento do Poder Executivo, conforme prioridade e interesse público do Município.

Parágrafo Único: Para a contratação de Parceria Público-Privada observar-se-ão as normas constantes na Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e, subsidiariamente, aplicar-se-á, a Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021.

Art. 9º - Os contratos de Parcerias Público-Privada deverão obrigatoriamente estabelecer:

I - O prazo de vigência do contrato compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação;

II - As penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao Parceiro-Privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida e às obrigações assumidas;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

III – A repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;

IV - As formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

V - Os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços;

VI - Os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia;

VII - Os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro-privado;

VIII - A prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos;

IX – O compartilhamento com a Administração Pública de eventuais ganhos econômicos efetivos do parceiro-privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro-privado; e,

X – A realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro-privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.

Art. 10 - Os contratos oriundos de Parcerias Público-Privadas poderão prever adicionalmente:

I - Os requisitos e condições em que o parceiro-público autorizará a transferência do controle da sociedade de propósito específico para os seus financiadores, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços;

II - A possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública;

III - A legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como, pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de Parceria Público-Privada; e,

IV - A contratação de Verificador Independente, sua forma de contratação, remuneração e competências.

Art. 11 - A contraprestação da Administração Pública nos contratos de Parceria Público-Privada poderá ser feita por:

I - Pagamento com recursos orçamentários próprios do município;

II - Cessão de créditos não tributários do município;

III - Outorga de direitos em face da Administração Pública;

IV - Outorga de direitos sobre bens públicos dominicais;

- VI - Outros meios admitidos por lei.

Parágrafo Único: O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.

Art. 12 - A contraprestação da Administração Pública será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato de Parceria Público-Privada.

Art. 13 - Antes da celebração do contrato de Concessão, patrocinada ou administrativa, o licitante vencedor deverá se constituir-se em sociedade de propósito específico, nos termos do art. 9º da Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria, nos termos do Edital.

Art. 14 - As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de Parceria Público-Privada serão garantidas, conforme interesse público, nos termos do art. 8º da Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004 mediante:

- I – A vinculação de receitas;
- II - A instituição ou a vinculação de fundos municipais;
- III - A contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- IV – A garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;
- V – A garantia real, fidejussória e seguro; e,
- VI - Outros mecanismos de garantias admitidos pelo ordenamento jurídico brasileiro vigente.

Art. 15 - Como mecanismo de pagamento e garantia de adimplemento da contraprestação em Contratos de Parceria Público-Privada, por parte do Poder Concedente à Concessionária, fica autorizada a vinculação das receitas provenientes:

- I - Da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP/CIP), quando o objeto contemplar a prestação de serviço público de iluminação pública; e,

- ## II - Do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Art. 16 - A contratação de Parceria Público-Privada que vincule a COSIP/CIP e do FPM fica condicionada a previsibilidade dos respectivos percentuais:

- I - Na Lei Orçamentária Anual (LOA), no ano corrente da assinatura do Contrato da Parceria Público-Privada;



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE
LACERDÓPOLIS**

II - No Plano Plurianual - PPA, para os anos subsequentes ao longo de toda a vigência do Contrato da Parceria Público-Privada.

CAPÍTULO IV CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Art. 17 - Fica autorizada a concessão de serviços públicos de saneamento básico, nos termos da Lei Federal n. 11.445 de 5 janeiro de 2007, que compreende um conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

I - Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição;

II - Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente;

Art. 18 - O contrato de concessão terá o prazo de vigência de até 35 (trinta e cinco) anos, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme disposto nesta Lei, no edital de licitação, no contrato de concessão e nos demais regulamentos da concessão.

Parágrafo único: Desde que manifestado o interesse pelas partes, o poder concedente, para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, poderá prorrogar o prazo da concessão, uma única vez, por prazo não superior a 35 (trinta e cinco) anos, de acordo com o procedimento e condições a serem fixadas no edital de licitação e no contrato de concessão.

Art. 19 - Toda Concessão, precedida ou não da execução de obra pública:

I - Será desenvolvida por meio de adequado planejamento, conforme prioridade de interesse público; e,

II - Será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 20 - São cláusulas essenciais do Contrato de Concessão, nos termos da Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, as relativas:

I - Ao objeto, à área e ao prazo da concessão;

II - Ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - Aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - Ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas;

- 5 V - Aos direitos, garantias e obrigações do poder concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- 6 VI - Aos direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;
- 4 VII - À forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;
- 8 VIII - Às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- 5 IX - Aos casos de extinção da concessão;
- 10 X - Aos bens reversíveis;
- 11 XI - Aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- 12 XII - Às condições para prorrogação do contrato;
- 13 XIII - À obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao poder concedente;
- 14 XIV - À exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária; e,
- 15 XV - Ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

Art. 21 - Os contratos relativos à Concessão de serviço público precedido da execução de obra pública deverão, adicionalmente:

- I - Estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão; e,
- II - Exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.

Art. 22 - Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

Art. 23 - Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar com terceiros, sob as normas de direito privado, para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, respeitado o regramento do Poder Concedente definido em Contrato.

Art. 24 - Aos casos omissos a esta Lei no que tange à Concessão plena de serviços públicos, aplicar-se-á à cada objeto a legislação pertinente e o disposto na Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.

**MUNICÍPIO DE
LACERDÓPOLIS**

CAPÍTULO V

LICITAÇÃO

Art. 25 - Compete ao Chefe do Poder Executivo nomear a Comissão de Licitação, de caráter Permanente ou Especial, para condução do certame licitatório, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, para a contratação de Parceria Público-Privada e Concessões, mediante publicação de Portaria no Diário Oficial, competindo-lhes as seguintes atribuições:

- I - Criar página oficial de Parcerias Público-Privadas e Concessões no sítio eletrônico oficial do Município como canal de informações e transparência à população;
- II - Publicar o Edital de Concorrência ou Diálogo Competitivo e seus respectivos Anexos, para contratação de Parceria Público-Privada e Concessões com a especificação do objeto;
- III - Instruir e conduzir todo o processo licitatório;
- IV - Providenciar a publicação das atas deliberativas no sítio eletrônico oficial, e as decisões mediante extrato no Diário Oficial do Município (DOM);
- V - Receber, examinar e julgar todos os pedidos de esclarecimentos e impugnações ao instrumento convocatório;
- VI - Presidir a Sessão Pública de Abertura do certame, credenciar, habilitar e julgar a fase de classificação de propostas;
- VII - Realizar as diligências que entender necessárias em qualquer fase do procedimento licitatório;
- VIII - Receber recursos administrativos e sobre eles se manifestar e publicar os resultados; e,
- IX - Encaminhar o processo administrativo, devidamente instruído, ao Chefe do Poder Executivo, para decisão acerca da homologação e adjudicação do objeto ao vencedor da Licitação.

Art. 26 - A Contratação de Parcerias Público-Privadas e Concessões será precedida de Licitação, na modalidade de Concorrência ou Diálogo Competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada a autorização das autoridades competentes, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que demonstre:

- I - A conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de Parceria Público-Privada;
- II - A elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de Parceria Público-Privada;
- III - A declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

IV - Estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, indicando as dotações orçamentárias, durante a vigência do contrato e por exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública;

V - A previsão orçamentária no Plano Plurianual correspondente ao exercício vigente ou o seguinte à assinatura do contrato de concessão;

VI - Expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, sempre que o objeto do contrato exigir.

Art. 27 - O certame licitatório está condicionado à submissão da minuta de edital, de contrato e demais anexos pertinentes à modelagem licitatória e contratual, à Consulta Pública, mediante publicação por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, o objeto, o prazo de duração do contrato, o seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões e demais contribuições da sociedade Civil e potenciais licitantes.

Art. 28 - Fica facultado ao Poder Concedente a realização de Audiência Pública e *Roadshow*, cujo realização dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para a publicação oficial do edital de licitação, especialmente, para contratação de Parceria Público-Privada, sendo obrigatória quando se tratar de Concessão de serviços públicos de saneamento básico, obedecida a legislação específica.

Art. 29 - O instrumento convocatório conterá minuta do contrato e indicará, expressamente, a submissão da licitação às normas desta lei e observará, podendo ainda prever:

I - Exigência de garantia de proposta do licitante, bem como de garantia de execução por parte da concessionária e do poder concedente, observado os limites legais;

II - Hipóteses de execução e aplicação de sanções administrativas pela administração pública;

III - Exigência de ressarcimento dos estudos, levantamentos e investigações em cumprimento ao art. 21 da Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 vinculados ao Contrato de Concessão Plena, Patrocinada ou Administrativa;

IV - Exigência de contratação de instituição especializada para atuar como Verificador Independente na fiscalização direta ao longo do Contrato de Concessão Administrativa.

Art. 30 - A licitação para a contratação de Parceria Público-Privada obedecerá, estritamente, a Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004, sendo aplicada, subsidiariamente, a Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021, e ao seguinte:

I - O julgamento poderá conter inversão de ordem de abertura dos envelopes; e,

II - O julgamento poderá adotar como critérios:

a) Menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública; e,



b) Melhor proposta técnica combinado com o critério da alínea “a”, de acordo com os pesos estabelecidos no edital.

Art. 31 - A licitação para Concessão Plena de serviços públicos, precedida ou não da execução de obra pública, obedecerá, estritamente, a Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, as demais legislações correlatas ao objeto, e subsidiariamente a Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas atualizações respectivas.

Art. 32 - No julgamento será considerado um dos seguintes critérios:

- I - O menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;
- II - A maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;
- III - A combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos I, II e VII;
- IV - A melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;
- V - A melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica;
- VI - A melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela delegação da concessão com o de melhor técnica; e,
- VII - A melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

Art. 33 - O edital de licitação para a concessão plena de serviços públicos observará, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria e conterà, especialmente:

- I - O objeto, metas e o prazo da concessão;
- II - A descrição das condições necessárias à prestação adequada do serviço;
- III - Os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
- IV - Prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;
- V - Os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- VI - As possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;
- VII - Os direitos e obrigações do poder concedente e da concessionária em relação a alterações e expansões a serem realizadas no futuro, para garantir a continuidade da prestação do serviço;
- VIII - Os critérios de reajuste e revisão da tarifa;



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

- IX - Os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico e econômico-financeiro da proposta;
- X - A indicação dos bens reversíveis;
- XI - As características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos em que houver sido extinta a concessão anterior;
- XII - A expressa indicação do responsável pelo ônus das desapropriações necessárias à execução do serviço ou da obra pública, ou para a instituição de servidão administrativa;
- XIII - As condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio;
- XIV - A minuta do respectivo contrato, que conterà as cláusulas essenciais, quando aplicáveis; e,
- XV - Nos casos de concessão precedida especialmente da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra.

Art. 34 - O edital para de seleção de parceiro privada para contratação de Parceria Público-Privada, bem como da delegação de Concessão de serviços públicos, poderão prevê a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento, hipótese em que:

I - Encerrada a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope com os documentos de habilitação apenas do licitante mais bem classificado, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

II - Verificado o atendimento das exigências do edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor;

III - Inabilitado o licitante melhor classificado, serão analisados os documentos de habilitação do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, até que um licitante classificado atenda às condições fixadas no edital;

IV - Proclamado o resultado do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Art. 35 - Homologado e adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor, este deverá ressarcir a instituição responsável pelos levantamentos, estudos de viabilidade, modelagem licitatória, contratual e eventual assessoria contratada que subsidiou o Poder Concedente à realização do projeto, em cumprimento ao que determina o art. 21 da Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 36 - Em caso de necessidade ou demonstrada insuficiência de conhecimento técnico do quadro permanente de funcionários para a estruturação e desenvolvimento das Parcerias, fica autorizado a celebração de cooperação com instituição capacitada para ofertar assessoramento integral.

**MUNICÍPIO DE
LACERDÓPOLIS**

CAPÍTULO VI

GESTÃO ASSOCIADA

Art. 37 - Fica autorizada a gestão associada de serviços públicos junto a outros entes da federação, com o fim precípuo de desenvolver-se mediante arranjo de Parceria Público-Privada e/ou Concessões, podendo, mediante conveniência, oportunidade, interesse público e social:

I - Firmar convênios, acordos de cooperação e constituir-se em consórcio, para a gestão associada de serviços públicos junto à administração direta ou indireta dos entes da Federação; e,

II - Desenvolver projetos de infraestrutura urbana, realizar estudos, modelagem licitatória e contratual, realizar licitação em lote em gestão associada à administração direta ou indireta dos entes da Federação, quando o projeto não se viabilizar economicamente, buscando unir-se com outros Municípios para desenvolvimento do projeto.

Art. 38 - Fica autorizado o Município de Lacerdópolis/SC a contratação de Parceria Pública-Privada e Concessões mediante gestão associada com outros entes da Federação, condicionada à autorização e justificativa do Poder Executivo, que deverá indicar de forma específica o objeto do empreendimento e as condições a que deverá atender, observada a legislação de normas gerais em vigor, devendo o consórcio público ser constituído por contrato cuja celebração dependerá de prévia subscrição de protocolo de intenções, observados a disposições da Lei Federal 11.107 de 6 de abril de 2005.

CAPÍTULO VII

VERIFICADOR INDEPENDENTE

Art. 39 - Os Contratos de Parcerias Público-Privadas e Concessões que deleguem os serviços públicos, descritos nos artigos 7º e 17 da presente lei, valer-se-ão dos serviços de Verificação Independente como instituto de boas práticas visando a garantia da eficiência e economicidade da concessão.

Art. 40 - Os procedimentos de seleção e contratação, bem como os serviços a serem executados pelo verificador independente deverão constar nas cláusulas do Contrato de Concessão, que deverão estipular procedimento capaz de preservar a autonomia e equidistância do verificador independente frente ao Poder Concedente e à Concessionária.

Parágrafo único: As cláusulas presentes no Contrato de Concessão de que tratam da seleção e contratação do verificador independente deverão, dentre outros aspectos:

I - Estipular que o Município, na condição de Poder Concedente, irá participar, junto à Concessionária, na seleção do verificador independente mediante constituição de lista tríplice ou homologação do verificador selecionado;

II - Estipular prazos claramente definidos; e,

III - prever todos os elementos do processo administrativo que fundamentam a atuação do Poder Concedente.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Art. 41 - A concessionária será a responsável pela contratação e remuneração do Verificador Independente, não cabendo ao Poder Concedente firmar vínculo jurídico próprio com o verificador.

Art. 42 - O município, na condição de Poder Concedente, poderá estipular, na modelagem licitatória, cláusulas previamente estabelecidas que serão obrigatoriamente reproduzidos pela Concessionária no contrato que celebrará com o prestador de serviços de verificação independente, visando garantir, estritamente, a autonomia e equidistância do verificador.

§1º - As cláusulas de que tratam o caput poderão versar, em caráter taxativo, sobre:

I - Participação do poder concedente nos procedimentos rescisórios, a fim de se garantir o contraditório e a ampla defesa ao verificador independente frente à concessionária;

II - Participação do poder concedente nos procedimentos sancionatórios, a fim de se garantir o contraditório e a ampla defesa do verificador independente frente à concessionária; e,

III - Acionamento do Poder Concedente pelas partes no caso de inadimplências contratuais ou descumprimento de obrigações contratuais, visando garantir o contraditório e a ampla defesa para as partes, sem prejuízo de outras vias de resolução de conflitos.

§2º - É vedado ao Poder Concedente interferir no contrato de verificação independente, a não ser nos casos taxativamente previstos no presente instrumento.

Art. 43 - O Verificador Independente atuará por meio do desenvolvimento de estudos, levantamentos, investigações, relatórios com caráter técnico-opinativo e consultoria que visam subsidiar a fiscalização e avaliação das obrigações afetas à concessão, o desempenho dos serviços segundo indicadores previamente estabelecidos, a remuneração da concessionária, quando houver, bem como eventuais reequilíbrios econômico-financeiros.

Parágrafo único: É vedado, por parte do Município, na condição de Poder Concedente, a delegação da competência fiscalizatória ao Verificador Independente.

CAPÍTULO VIII SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 44 - Os contratos de Parceria Público-Privada e Concessões poderão estabelecer sanções administrativas, em face do inadimplemento das obrigações assumidas pela Concessionária e pelo Poder Concedente, sem prejuízo das demais sanções cíveis e criminais previstas nas leis aplicáveis.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 - Esta lei terá aplicabilidade complementar as legislações federais específicas, não podendo contrariá-la, especialmente:



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

I – A Lei Federal n. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995;

II – A Lei Federal n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004;

III – A Lei Federal n. 11.445 de 5 janeiro de 2007;

IV – A Lei Federal n. 13.019 de 31 de julho de 2014; e,

V – A Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021.

Art. 46 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar esta lei complementar, se necessário.

Art. 47 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais outras disposições em sentido contrário.

Gabinete do Prefeito de Lacerdópolis/SC, 13 de novembro de 2025.

HILÁRIO CHIAMOLERA
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA

**MUNICÍPIO DE
LACERDÓPOLIS**

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR NAILSON MANTOVANI PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS/SC.

Assunto: Projeto de Lei que dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público- Privadas e Concessões do Município de Lacerdópolis/SC, e dá outras providências.

Cumprimento o Presidente e demais vereadores desta casa legislativa do Município de Lacerdópolis/SC.

Utilizando das prerrogativas e competências privativas a mim conferidas pela Lei Orgânica, como Prefeito do Município de Lacerdópolis/SC, submeto para a devida apreciação a presente Minuta de Projeto de Lei, cuja a principal finalidade é a instituição do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessões, nos termos das Lei Federais nº 11.079/04, 8.987/95, 11.445/07; 13.019/14; 14.133/21 e suas respectivas alterações.

O modelo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões tem se demonstrado eficaz em diversos municípios brasileiros, sobretudo na viabilização de investimentos em infraestrutura urbana e serviços essenciais que são fundamentais para o bem-estar da população. A possibilidade de atrair recursos privados reduz o impacto sobre o orçamento municipal, permitindo uma gestão financeira mais equilibrada e a entrega eficiente de serviços públicos.

Um ponto estratégico deste projeto é a utilização responsável do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia contratual nas PPPs. Essa vinculação será realizada após criteriosa análise técnica, respeitando a capacidade financeira e orçamentária do município, garantindo que não haja comprometimento das atividades administrativas essenciais ou do equilíbrio das contas públicas.

O uso planejado e transparente do FPM tem como objetivo assegurar segurança financeira aos investidores, contribuindo na atração de parcerias sólidas e qualificadas, o que resultará na ampliação de investimentos em áreas como saneamento básico, iluminação pública, telecomunicações e geração de energia renovável, setores diretamente ligados ao desenvolvimento local e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Ademais, esta proposta encontra pleno respaldo nas Leis Federais nº 8.987/95, 11.079/04, 11.445/07, 13.019/14 e 14.133/21, conferindo segurança jurídica necessária aos procedimentos licitatórios e contratuais, bem como estimulando a transparência e a participação popular em todo o processo decisório.

Em nome do interesse social e econômico, o teor do presente Projeto de Lei promoverá o fortalecimento da base legal municipal para, com segurança jurídica, delegar sob o regime de Parceria Público-Privada e outorgar serviços públicos mediante Concessão. Afinal, este estabelece diretrizes, princípios, exigências legais e obrigações das partes, regramento do certame licitatório, dos contratos, da remuneração, garantias e etc.



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Tendo em vista as notórias vantagens econômicas e sociais advindas da utilização do modelo das Parcerias Público-Privadas em detrimento de outras modalidades de delegação de serviços públicos, defende-se que a utilização deste modelo é essencial para a concretização do Princípio da Economicidade e o Princípio da Eficiência, sobretudo no que tange à gestão dos recursos públicos.

Diante da relevância econômica e social do projeto apresentado, solicito o apoio dos nobres Vereadores para apreciação e aprovação desta proposta legislativa, convictos de que se trata de um avanço significativo na gestão pública municipal, com benefícios concretos e duradouros para a nossa comunidade.

Ante o exposto, resta claro que se trata de tema de grande relevância, portanto, requeiro nos termos do art. 49 da Lei Orgânica Municipal, apreciação em caráter de urgência.

De igual modo, reitero os votos de estima e apreço, permanecendo à disposição para maiores elucidações.

Gabinete do Prefeito de Lacerdópolis/SC, 13 de novembro de 2025.

HILARIO
CHIAMOLERA:25036017900

Assinado de forma digital por
HILARIO CHIAMOLERA:25036017900
Dados: 2025.11.13 17:41:48 -03'00'

HILÁRIO CHIAMOLERA
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Lacerdópolis Estado de Santa Catarina

PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PARECER: Os vereadores, abaixo assinados, integrantes desta Comissão, após analisarem o Projeto de Lei Complementar nº 14/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessão do Município de Lacerdópolis/SC, além de outras providências.", são favoráveis à sua tramitação pelo mesmo se encontrar dentro das normas legais e vigentes devendo ser o mesmo encaminhado à votação.

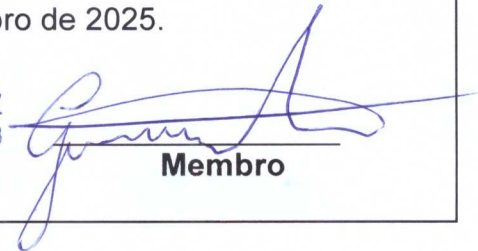
PARECER DA COMISSÃO:

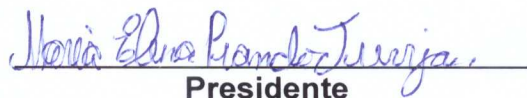
Somos favoráveis à redação da forma que se apresenta.

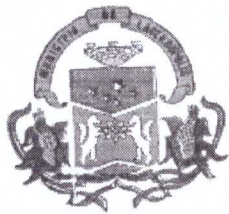
Lacerdópolis-SC, 13 de novembro de 2025.


Presidente


Membro


Membro


Presidente



Câmara Municipal de Lacerdópolis Estado de Santa Catarina

PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PARECER: Os vereadores, abaixo assinados, integrantes desta Comissão, após analisarem o Projeto de Lei Complementar nº 14/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessão do Município de Lacerdópolis/SC, além de outras providências.", são favoráveis à sua tramitação pelo mesmo se encontrar dentro das normas legais e vigentes devendo ser o mesmo encaminhado à votação.

PARECER DA COMISSÃO:

Somos favoráveis à redação da forma que se apresenta.

Lacerdópolis-SC, 13 de novembro de 2025.

Fabiano Magalhães
Presidente

[Assinatura]
Membro

Andressa Leitenauer
Membro

Fabiano Magalhães
Presidente



Câmara Municipal de Lacerdópolis Estado de Santa Catarina

PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

PARECER: Os vereadores, abaixo assinados, integrantes desta Comissão, após analisarem o Projeto de Lei Complementar nº 14/2025 de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Dispõe sobre o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas e Concessão do Município de Lacerdópolis/SC, além de outras providências.", são favoráveis à sua tramitação pelo mesmo se encontrar dentro das normas legais e vigentes devendo ser o mesmo encaminhado à votação.

PARECER DA COMISSÃO:

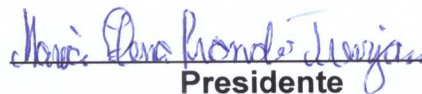
Somos favoráveis à redação da forma que se apresenta.

Lacerdópolis-SC, 13 de novembro de 2025.


Presidente


Membro


Membro


Presidente